

## TEXTO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA – DIRETORIA RENOVA SEDUFISM

Nas últimas décadas, o cenário mundial tem sido atingido por crises do modelo capitalista cada vez mais próximas e constantes. A crise mexicana (1995), a crise asiática (1997), a crise russa (1998), a crise brasileira (1998), a crise argentina (2001), a crise da bolha da informática (2001) e a crise financeira dos *subprimes* (2008) são exemplos dessa situação.

Do ponto de vista histórico, é possível perceber algumas correlações entre essas diferentes crises. Tanto na crise mexicana – cujo país era tido como o modelo neoliberal da América Latina, adotando as reformas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington – quanto a asiática, a russa e a brasileira tiveram entre seus fatores a desvalorização da moeda nacional e a fuga de capitais. Na Argentina, o modelo monetário – de atrelar sua moeda ao dólar, como no México e na Tailândia – provocou sucessivos déficits comerciais, a supervalorização do dólar, o aumentando a dívida externa e a dependência de financiamento internacional, tendo como auge o ‘calote da dívida externa’. Por sua vez, tanto a crise de 2001 quanto a de 2008 são oriundas de ‘bolhas’. A da informática é decorrente da alta nas ações de empresas de informática nas bolsas de valores, provocando movimento especulativo. Enquanto a do *subprime* nasce do excesso de crédito hipotecário, tendo como marco a quebra de um dos bancos de investimentos mais tradicional dos EUA, o Lehman Brothers, desencadeando uma crise nas bolsas de valores do mundo todo.

Diante das incertezas estruturais, as respostas indicadas pelo pensamento neoliberal hegemônico tem sido sempre a mesma: mais mercado e menos políticas públicas. Respostas que atingem massivamente os trabalhadores/as e os setores mais vulneráveis da sociedade, produzindo um contingente muito grande de pessoas precarizadas sem os mínimos direitos sociais.

A Pandemia da Covid-19 agravou essa situação, acelerando a crise econômica, social e política que há mais de uma década tem sido a única estabilidade conhecida. Escancarou o colapso dos sistemas de saúde nos mais diversos países, até mesmo nas grandes potências econômicas, e dos seus sistemas de ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, a atual competição entre as nações pela vacina, revela as relações desiguais que se estabelecem em escala global. Uma desigualdade que não é apenas nacional, mas também de classe, mesmo diante da pior pandemia desde 1918, os bilionários globais enriqueceram ainda mais às custas da miséria e da exploração de trabalhadores/as expostos/as à própria sorte. É importante ressaltar também que, ao que indica, a crise pandêmica não alterou os próprios parâmetros hegemônicos neoliberais. Se os governos dos diversos países já dilapidavam os serviços públicos e os direitos dos/as trabalhadores/as antes de seu emergir, com a sua aparição, a Pandemia passou a ser um dos motes para a intensificação da aplicação de reformas e de medidas anti-populares.

No Brasil, esta situação revela-se tão ou mais grave, na medida em que, a partir do golpe de 2016, instaura-se um Estado de exceção cuja tônica é a aplicação disciplinada das reformas e medidas que conduzem a maioria da população ao desemprego, à fome e à miséria. A pandemia eleva este quadro a patamares dramáticos, na medida em que escancara a política genocida e negacionista do governo Bolsonaro, combinada à sua escalada rumo ao desmonte das estatais, dos serviços públicos e dos direitos da população brasileira. O desmonte do Sistema Único de Saúde, com o esvaziamento da Atenção Básica em detrimento do atendimento em serviços de alta tecnologia, majoritariamente privados, levou ao colapso dos serviços públicos de saúde, a ausência de uma política de testagem em massa da população e, mais recentemente, a inoperância quanto à garantia de um plano de vacinação para todos, são alguns dos exemplos do descaso do governo federal com a vida.

O ano de 2021 se anuncia difícilíssimo para a população brasileira, com o recrudescimento da Pandemia, o fim do auxílio emergencial, o insuficiente salário mínimo, o desemprego e a

alta dos preços dos alimentos - com conseqüente elevação da inflação, sobretudo entre as pessoas mais pobres. Os recentes casos da Ford (com a demissão de 5000 trabalhadores/as) e do Banco do Brasil (anúncio do fechamento de agências e demissão de 5000 trabalhadores/as) são o retrato do que temos pela frente.

Diante deste quadro, nos últimos dias, analistas do mercado financeiro intensificam o discurso do 'Custo Brasil' e da necessidade das reformas administrativa e tributária. Viemos, desde o golpe de 2016, com inúmeras reformas - trabalhista e da previdência - apontadas pelos neoliberais como as saídas para a crise na qual estamos. E a situação só piora. Há um desmonte do Estado, sem capacidade de investimento, ao mesmo tempo em que aumenta a precarização do trabalho, com mais trabalhadores/as sem proteções sociais. Agora, querem nos imputar mais reformas, também sob a alegação de que são a saída para a crise.

Na ordem do dia do governo está a reforma administrativa, que afetará os/as servidores/as e serviços públicos, com conseqüências nefastas sobre a população brasileira. Além desta reforma, o Plano Mais Brasil (PECs 186, 187 e 188) também está no horizonte do governo e do Congresso Nacional, o que demanda, para o próximo período, a ampla e efetiva unidade do movimento sindical, sem sectarismo e isolacionismo. Estas pautas - e a grave crise sanitária provocada por um governo negacionista e sua necropolítica - unificam o conjunto dos sindicatos e devem ser o mote para a luta pelo fim do governo Bolsonaro e pela vacinação em massa da população brasileira. Paralelamente, devemos estar atentos/as aos movimentos do Congresso Nacional, que elege em 2 de fevereiro as novas presidências e mesas diretoras - do Senado e Câmara. Um Congresso dirigido por aliados do atual governo pode acelerar as discussões das reformas e engavetar mais pedidos de impeachment.

Neste cenário, a Universidade pública tem sido, ao longo deste governo, um espaço de resistência, ao mesmo tempo em que sofre ataques sórdidos. Na crise pandêmica, a Universidade pública tem exercido um importante papel no combate ao coronavírus, com pesquisas sobre vacinas, medicação e prevalência da doença, com produção de álcool em gel, máscaras e respiradores, com a realização de testes e disponibilização de leitos nos hospitais universitários, além de outras ações. Mas, apesar de seu papel central no combate à pandemia, é afetada neste contexto com os cortes orçamentários e o desmonte do sistema de saúde, ciência e tecnologia no país. A EC 95, do teto dos gastos, retirou da Educação recursos, congelou investimentos e é usada, pelo atual governo - mesmo diante de uma crise sanitária sem precedentes -, como motivo para mais reduções orçamentárias e precarizações de serviços públicos, uma vez que há um temor de crime de responsabilidade fiscal. E o crime humanitário, com mais de 215 mil mortes decorrentes da Covid-19?

Além disso, a Universidade pública tem sido afetada na sua autonomia, como ocorreu com a MP 914/2019, que acabava com o voto paritário, com a não nomeação dos/as reitores/as eleitos/as, e com o Projeto Future-se - que só não foi para frente devido à Pandemia.

A precarização das condições de trabalho, de infraestrutura e materiais assume papel determinante para a não retomada das atividades presenciais nas instituições públicas em todos os níveis de ensino, uma vez que não é possível assegurar ambientes livres de riscos.

Com o retorno às atividades presenciais ainda improvável, devido à manutenção da insegurança sanitária, o ensino remoto permanece como a forma possível de continuidade, com segurança, às atividades didáticas no ensino superior e, por isso, se impôs como uma realidade na maioria das instituições. Não podemos esquecer que os cortes orçamentários impactam, inclusive, sobre a compra de EPIs e a adaptação dos espaços físicos para o retorno gradual das atividades presenciais e que a Portaria 1.038 do Ministério da Educação coloca como data balizadora 1 de março para o retorno presencial. Neste sentido, coloca-se como necessária a luta contra a imposição do retorno presencial sem segurança sanitária, pela vacina para todos/as

e por melhores condições de trabalho, assim como jornadas dignas no contexto do ensino remoto.

Diante deste quadro, cumpre-nos ressaltar o papel imprescindível de nosso sindicato, em nível local, regional e nacional. Não enfrentaremos esta dura conjuntura de forma isolada ou aprisionada ao sectarismo que perdura em nosso sindicato nacional e que esteve presente na SEDUFMSM em período recente. Para barrar as reformas em curso e anunciadas pelo governo, para garantir vacina para todos e saúde pública de qualidade, que nossa Universidade permaneça funcionando de forma pública, gratuita e com autonomia universitária e para garantir os direitos de nossa categoria, é necessária a concreta e efetiva construção da unidade com os segmentos dispostos a defender os serviços públicos e os direitos da maioria da população.